

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

JOÃO VITOR LOPES SALGADO

**CONVERSÃO DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO RURAL EM
COOPERATIVAS DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO: UM ESTUDO DE
CASO**

VIÇOSA - MINAS GERAIS
2019

JOÃO VITOR LOPES SALGADO

**CONVERSÃO DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO RURAL EM
COOPERATIVAS DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO: UM ESTUDO DE
CASO NO MUNICÍPIO DE PORTO FIRME/MG**

Monografia, apresentada ao Curso de Geografia da Universidade Federal de Viçosa como requisito para obtenção do título de bacharel em Geografia.

Orientador: Rafael Jr. Dos Santos F. Salgado

Coorientador: Fernando Conde

VIÇOSA-MINAS GERAIS

2019

JOÃO VITOR LOPES SALGADO

**CONVERSÃO DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO RURAL EM
COOPERATIVAS DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO: UM ESTUDO DE
CASO NO MUNICÍPIO DE PORTO FIRME/MG**

Monografia, apresentada ao Curso
de Geografia da Universidade Federal de
Viçosa como requisito para obtenção do
título de bacharel em Geografia.

APROVADA: _____ de 2019

Rafael Jr. Dos Santos Figueiredo Salgado
Orientador
UFRN

Fernando Conde
Coorientador
UFV

Andre Luiz Lopes de Faria
Examinador
UFV

RESUMO

A centralidade desse estudo foi analisar a atividade cooperativista na cidade de Porto Firme de Minas Gerais situada na Zona da Mata após o processo de conversão de uma cooperativa de crédito rural em cooperativa de crédito de livre admissão, observando as mudanças ocorridas no perfil da cooperativa e relacionando com os aspectos sociais e econômicos da população local. Esta pesquisa, de caráter exploratório e descritivo, tem abordagem qualitativa e quantitativa. Foram utilizadas técnicas de coleta de dados através de dados secundários, análises documentais, análise exploratória de dados secundários dos resultados da Cooperativa de Crédito situada no município de Porto Firme e pesquisa bibliográfica de literatura que tenha investigado a relação entre o cooperativismo de crédito e o desenvolvimento socioeconômico. Considerando o objetivo geral de analisar as possibilidades após a transformação em cooperativa de livre admissão, observou-se que a expansão no público atendido possibilitou a inserção de novos cooperados, até então excluídos ou com dificuldade de acesso aos serviços bancários, e o aumento de recursos disponíveis para investimento rural e não rural na economia local, resultando em aumento da carteira de crédito não rural e rural.

Palavras-chave: Cooperativa de crédito, desenvolvimento local, espaço rural.

ABSTRACT

The centrality of this study was to analyze the cooperative activity in the city of Porto Firme de Minas Gerais, located in Zona da Mata, after the process of converting a rural credit cooperative into a free admission credit cooperative, observing the changes that occurred in the profile of the cooperative and relating to the social and economic aspects of the local population. This exploratory and descriptive research has a qualitative and quantitative approach. Data collection techniques were used through secondary data, documentary analysis, exploratory analysis of secondary data from the results of the Cooperativa de Crédito located in the city of Porto Firme, and bibliographic literature research that investigated the relationship between credit cooperativism and development socioeconomic. Considering the general objective of analyzing the possibilities after the transformation into a cooperative of free admission, it was observed that the expansion in the public served allowed the insertion of new cooperatives, previously excluded or with difficulty of access to banking services, and the increase of available resources for rural and non-rural investment in the local economy, resulting in an increase in the non-rural and rural credit portfolio.

Keywords: Credit cooperative, local development, rural area.

SUMÁRIO

Introdução	6
Capítulo 1. O conceito de cooperativismo e cooperativas de crédito	12
1.1 Um breve histórico da constituição das cooperativas de crédito no Brasil. 14	
1.2 O conceito de desenvolvimento local.	19
Capítulo 2. Um estudo de caso sobre Porto Firme, Minas Gerais	22
2.1. Surgimento e perfil da SICOOB CREDIRAS	24
Capítulo 3. A adesão à Livre Admissão.....	27
3.1. Potencialidades da adesão à livre admissão no contexto municipal	33
3.2 . O perfil dos clientes da Sicoob União Porto Firme	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	43

Introdução

As cooperativas são definidas pela lei federal 5764/71 em seu artigo 4º, como “sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades...” devido a características próprias, denominadas princípios cooperativistas que são: adesão voluntária, gestão democrática, participação econômica, autonomia/independência, educação/formação/informação e intercooperação. Sendo assim, os cooperados são também responsáveis pela cooperativa, haja visto que ao se associar eles subscrevem ou integralizam capital no intuito ter direitos perante a cooperativa.

As cooperativas surgiram inicialmente, como reação a uma situação econômica desfavorável em que os trabalhadores enfrentavam em determinados períodos. A primeira cooperativa surgiu em 1844 na cidade de Rochdale, Inglaterra quando 28 tecelões se uniram para constituir uma sociedade, a Sociedad freitase dos Probos de Rochdale, com o objetivo de consumo e com a economia mensal de 1 libra por pessoa ao mês durante um ano. O cenário da época era de uma sociedade capitalista, preços abusivos, exploração da jornada de trabalho exaustivas e a revolução industrial que culminou em um crescente aumento do desemprego. Essa iniciativa foi ridicularizada por muitos, enquanto que para alguns era uma mudança nos padrões econômicos. Passados 12 anos de existência, essa cooperativa acumulou um capital de 152 mil libras e tinha o total de 3.450 sócios (COSTA, 2007; SOUSA, 2009).

No Brasil, a primeira cooperativa que se tem relato foi criada em 1889, em Ouro Preto. Era a Sociedade Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto. Mais tarde, 1902, surgira a primeira cooperativa de crédito no Rio Grande do Sul e, em 1906, surgem as primeiras cooperativas de créditos rurais (PINHEIRO, 2008).

As cooperativas inicialmente estavam estritamente vinculadas a uma categoria de trabalho, seja por servidores de determinado local, seja apenas por produtores rurais. Essas são instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional e estão destinadas a propiciar crédito e produtos financeiros exclusivamente a seus associados, podendo se encontrar nelas os mesmos serviços que os bancos, como abertura de conta, aplicação de

depósitos, empréstimos, cartão de crédito e financiamentos rural ou não rural, porém são vedadas às mesmas denomina-las como “bancos”, conforme a lei que rege o cooperativismo no país.

As cooperativas passaram por um processo de democratização através da Resolução 3.106/2003, que permitiu a criação das cooperativas de crédito de livre admissão. Essa conquista veio de encontro as aspirações de líderes cooperativistas e até da própria sociedade, que é a liberdade de escolha de um serviço alternativo ao convencional, construção de um sistema financeiro mais inclusivo e justo, ampliação da concorrência e eliminação dos riscos da sazonalidade e concentração setorial no próprio segmento cooperativista. Devido tal permissão, o Brasil já conta com o total de 372 cooperativas de livre admissão, 4.441 unidades de atendimento, com 8,1 milhões de associados, o que representa 77% de seus cooperados. (MACEDO, 2019)

No âmbito dos princípios cooperativos, é importante ressaltar o princípio da intercooperação, cujo objetivo é proporcionar aos cooperados e a comunidade, por meio de estruturas locais, maior proximidade e mais eficiência. A maior proximidade entre empresa e comunidade tende a gerar um diferencial competitivo e, conseqüentemente, possibilita aumentar o desempenho da empresa, dado o alcance e a fidelidade de nichos de mercado de pessoas mais conscientes e cidadãs,

[...] Por se estabelecer, majoritariamente, apenas no mercado local, essas organizações teriam mais proximidade com os seus clientes e, por isso, aportariam maiores vendas. Promovendo um 'atendimento especial' a seus clientes, não apenas restrito a uma pura relação mercantil, alcançar-se-iam nichos de mercado de pessoas mais conscientes e cidadãs. As qualidades subjetivas que integram esse 'atendimento especial' representam, portanto, uma forma de agregar mais valor ao produto comercializado. Com isso, subjetividade é transformada também em mercadoria. Esse é um exemplo da mercantilização de qualidades subjetivas. (WELLEN, 2008, p. 112).

Considerando esse cenário, a centralidade desse estudo foi analisar a atividade cooperativista na cidade de Porto Firme de Minas Gerais situada na Zona da Mata após o processo de conversão de uma cooperativa de crédito rural em cooperativa de crédito de livre admissão, observando as mudanças ocorridas no perfil da cooperativa e relacionando com os aspectos sociais e econômicos da população local.

Para Freitas et al. (2008), o ramo do cooperativismo de crédito aparece recentemente com grande destaque, pois possibilita aqueles que antes se viam as

margens do tradicional sistema financeiro o acesso ao crédito, tendo como principal finalidade fomentar o desenvolvimento local por meio do acesso aos benefícios de seus serviços financeiros, de modo a viabilizar suas atividades.

Entende-se ainda, que essas cooperativas podem ser visualizadas como uma alternativa para as demandas de crédito e de serviços financeiros. Para Domingues (2002) e Lima et al. (2013), as cooperativas podem atuar tanto no setor rural quanto no urbano em uma determinada região, portanto, suas ações possibilitam dinamizar a geração de riqueza e renda auxiliando e ou promovendo crescimento local.

As cooperativas de crédito em sua essência são pautadas em princípios que tendem a “combater” a exploração do homem pelo homem e auxiliar o fomento do desenvolvimento local, proporcionando aos associados condições diferenciadas, como taxas de juros inferiores ao mercado, menos burocracia e maior agilidade. Enquanto os bancos lucram especulando com o dinheiro que arrecadam, as cooperativas procuram favorecer as comunidades, uma vez que podem fazer com que os recursos arrecadados na comunidade fiquem na comunidade (LIMA et al, 2013).

Dessa maneira, salientamos aqui a importância de uma análise a partir de um olhar geográfico visto que as cooperativas de crédito devem ser vistas como instituições financeiras inseridas no mercado sob a forma de sociedades cooperativas com o objetivo de prestação de serviços financeiros ao associado, e por sua vez a comunidade, já que os associados integram em determinado território do qual aquela instituição foi implantada (PINHEIRO, 2005).

No entanto, para Freitas et al. (2008), ao abarcar diversas categorias de associados a cooperativa deve assegurar uma boa estrutura financeira e uma gestão eficiente, uma vez que o processo de conversão requer certos cuidados e pode impactar na sua sustentabilidade financeira e aumentar os riscos de suas atividades.

Levando em conta a importância para cooperativa para o fornecimento de crédito nos pequenos municípios e possibilidades advindas da mudança para livre admissão, este estudo intenta revelar quais as possibilidades e desafios provenientes da mudança para livre admissão de uma cooperativa na cidade de Porto Firme/MG. As questões de pesquisa são: a transformação para a modalidade livre admissão proporcionou aumento no desempenho econômico da cooperativa? Esse desempenho trouxe benefícios à

população e/ou a cooperativa? Qual seria esse novo perfil de associados? Quais as vantagens reconhecidas pelos mesmos?

Diante do exposto, o presente trabalho teve como objetivo geral revelar possibilidades e desafios após a transformação e implantação de um sistema de cooperativa de crédito de livre admissão na cidade de Porto Firme localizada na Zona da Mata mineira.

Considerando este objetivo geral, os objetivos específicos foram definidos: i) entender o que seriam as cooperativas de crédito e relacionar sua criação com o contexto histórico geográfico; ii) investigar suas principais filosofias e ideias; iii) traçar uma breve análise histórica de Porto Firme, o perfil socioeconômico da cidade e da cooperativa de crédito da localidade; iv) identificar as principais mudanças em termos de desempenho e perfil do público ocorridas frente a abertura para livre admissão.

Procedimentos metodológicos

Esta pesquisa, de caráter exploratório e descritivo, tem abordagem qualitativa e quantitativa. Dessa forma essa pesquisa teve caráter exploratório na medida em que foram coletadas informações acerca do conteúdo já disponível sobre a cooperativa, tais como, relatórios, pesquisas anteriormente realizadas, artigos publicados, etc. O escopo descritivo da pesquisa foi realizado nas incursões a campo, onde foram traçadas as características associadas, bem como o contexto local no qual a cooperativa está inserida.

Foi utilizada neste estudo a metodologia qualitativa de estudo de caso. Para Gil (2010), o procedimento técnico de estudo de caso proporciona uma visão geral acerca do problema pesquisado, além de oferecer a possibilidade de detectar fatores que influenciam ou são influenciados por ele.

Foram utilizadas técnicas de coleta de dados através de dados secundários, análises documentais, análise exploratória de dados secundários dos resultados da Cooperativa de Crédito situada no município de Porto Firme e pesquisa bibliográfica de literatura que tenha investigado a relação entre o cooperativismo de crédito e o desenvolvimento socioeconômico. Também foi realizada entrevistas semiestruturadas (APÊNDICE A), que foi uma forma mais eficaz de obtenção de dados, já que é uma forma mais especial de conversação onde através do diálogo há a obtenção de informações, mantendo o pragmatismo que existe entre o “entrevistado” e o

“entrevistador”, junto à comunidade de Porto Firme, de forma aleatória, sobre a cooperativa do município (DE MATTOS, 2005).

A análise dos dados se deu a partir da relação entre desenvolvimento socioeconômico e do elemento institucional da cooperativa de crédito, que pode ser entendida como uma “alternativa” de crédito com características peculiares que se assenta em paradigmas diferentes do capitalismo moderno (JACQUES; GONÇALVES; 2006).

Os dados utilizados no presente estudo foram coletados por meio de 32 entrevistas semiestruturadas com pessoas aleatórias abordadas na avenida principal da cidade onde possuem comércios e na praça principal (Figura 1). Dentre os entrevistados aleatoriamente, muitos não eram associados, os quais não foram contabilizados na análise do perfil dos associados, entretanto, as informações coletadas junto a este público contribuíram para analisar o papel da cooperativa no município por meio das perguntas: “Você sabe com clareza o que uma cooperativa de crédito oferece? Na sua cidade você acha importante uma cooperativa”. Essas perguntas foram importantes pois foi possível medir como tal instituição tem atuado na cidade, tendo em vista o seu objetivo e qual a opinião dos que não são associados acerca de sua atuação.

Figura 1. Fotos da praça principal e avenida principal da cidade de Porto Firme–MG



Fonte: Fotografadas pelo autor, 2019.

Além disso, dados próprios e característicos da cidade de Porto Firme foram retirados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que realiza estudos periódicos e comprometidos, como por exemplo, o do Censo Demográfico e Censo Agropecuário, que acontece de 10 em 10 anos, sendo o único responsável formalmente no país para a função.

Na pesquisa bibliográfica, realizou-se a busca de artigos científicos, Dissertações e Teses que tratassem da relação entre o cooperativismo de crédito e o desenvolvimento socioeconômico local no Banco de Teses da CAPES e nos periódicos incluídos no sistema classificatório *WebQualis* da CAPES, na biblioteca eletrônica *Scientific Electronic Library Online* (SciELO) e na plataforma Google Acadêmico.

Além desta introdução, que traz uma breve contextualização do cooperativismo - bem como a importância, justificativa, objetivos e percurso metodológico - o trabalho está dividido em 3 capítulos. O capítulo 1 apresenta, de forma sucinta, uma análise conceitual acerca do cooperativismo, cooperativas de crédito e desenvolvimento local, afim de contextualizar e discutir as visões e perspectivas desses conceitos. Em seguida, no capítulo 2, foi traçado um uma breve análise histórica do município de Porto Firme, o perfil socioeconômico da cidade e da cooperativa de crédito, para compreender como ocorreu a implantação dessa cooperativa de crédito na cidade de Porto Firme. Por fim, o capítulo 3 investiga as principais transformações ocorridas frente a abertura para livre admissão.

Capítulo 1. O conceito de cooperativismo e cooperativas de crédito

Para a construção do referencial teórico analisa-se o conceito de cooperativismo por meio de seu contexto histórico de surgimento. Posteriormente, analisa-se o surgimento de cooperativas de crédito e possíveis implicações no desenvolvimento local.

Neto (2000) em sua tese sobre os aspectos jurídicos e políticos do cooperativismo aponta que o conceito de cooperativismo inicialmente pode ser visto como uma forma de associação de pessoas, que se reúnem para atender às necessidades comuns, através de uma atividade econômica. Contudo, para o autor essa visão reduziria a complexidade do próprio conceito.

Conforme Frantz (2012) é imprescindível que ao pesquisar o conceito de cooperativismo se debruce sobre os conteúdos políticos das experiências humanas do movimento cooperativo. Nesse sentido, trata-se acima de tudo da compreensão das dificuldades e lutas dos seres humanos no processo de produção e distribuição dos bens materiais que os seres humanos necessitam ou desejam para viver.

O autor supracitado denomina como cooperativismo moderno aquele que possui como conflito social sua base construtiva, uma atividade humana histórica que está conectada aos conflitos humanos quanto a questão da forma de distribuição das riquezas, o debate pelas diferenças sociais e as lutas por melhores condições de vida, o reconhecimento da liberdade de organização e ao trabalho associativo, solidário e coletivo.

O autor ainda aponta que “o movimento cooperativo moderno nasceu em função da defesa e da valorização do trabalho humano” (FRANTZ, 2012, p.12). O cooperativismo moderno seria então uma organização racional das necessidades e dos interesses das pessoas, em defesa dos interesses do trabalho humano contra os interesses do capital.

Podemos afirmar que o cooperativismo moderno para Frantz teria como características centrais a defesa dos interesses dos seus associados, a proteção desses interesses, de seu trabalho e o estímulo e divulgação das ideias de cooperação. A afirmação da cooperação diante das relações econômicas de oferta e procura, o

individualismo tão presente nas teses econômicas da época seriam combatidos a favor de interesses comuns. A abordagem política do cooperativismo moderno seria a ação pela construção de um novo projeto de sociedade (FRANTZ, 2012).

Quanto ao surgimento das cooperativas de crédito, o contexto histórico está totalmente relacionado. A Inglaterra passava pela Revolução Industrial, em pleno desenvolvimento do capitalismo, onde se era constante os preços abusivos e exploração de jornada de trabalho extensas. Além disso, esse processo culminou em crescente desemprego no país. Como resposta a esses enfrentamentos socioeconômicos, surgiu a primeira cooperativa de tecelões. A iniciativa foi ridicularizada pela sociedade da época, porém promoveu mudança nos padrões econômicos da época (COSTA, 2007).

Podemos destacar ainda, as primeiras iniciativas cooperativas de crédito que surgiram a partir da iniciativa de Friedrich W. Raiffensen, Herman Schulze e Luigi Luzzati na Alemanha e Itália no século XIX, para entender e contextualizar esse conceito.

Friedrich W. Raiffensen em 1847 criou em Weyerbusch/Westervald a primeira associação para apoiar a população rural, que serviu de modelo para a futura atividade cooperativista, fundada por ele em 1864 que se chamava “Associação de Caixas de Empréstimo de Heddesdorf”. Esta iniciativa tinha como algumas das características a responsabilidade solidária e ilimitada dos associados, a singularidade dos votos dos sócios, área de atuação restrita, ausência de capital social e a não distribuição das sobras (PINHEIRO, 2008).

E foi ainda no contexto alemão que surgiu a primeira cooperativa urbana com Schulze. Em 1856, Herman Schulze criou sua primeira “associação de dinheiro antecipado” que previa objetivos diferentes da associação de Raiffensen, como por exemplo, o retorno das sobras líquidas proporcionalmente ao capital, a área de atuação não restrita e os dirigentes que eram remunerados (CARVALHO, SALES, 2011).

Schulze-Delitzsch na Alemanha fundou bancos populares para artesões e mais tarde foi o autor da elaboração do projeto que serviu como base para o primeiro código cooperativo. Para ele a associação era o meio mais eficaz da sociedade atuar em locais que o estado não atingia. O capital era dividido em quotas-partes integralizadas pelos

associados. E assim outras cooperativas no setor agropecuário, privado e crédito sintetizaram e se uniram para promover os ideais (PINHEIRO, 2008).

Em 1865, Luigi Luzzati organizou em Milão a primeira cooperativa chamada também de Luzzati que tinha como características centrais a não exigência de vínculo exceto por limite geográfico, crédito de pequeno valor, não remuneração dos dirigentes e responsabilidade limitada. Estas características são semelhantes a algumas do sistema cooperativo brasileiro.

Em dezembro de 1900 surgiu, no Canadá, o cooperativismo de crédito Desjardins. Inspirado nos modelos Raiffeisen, Schulze-Delitzsch e Luzzatti, na tradição dos saving banks dos Estados Unidos e nos valores religiosos. Alphonse Desjardins arquitetou esse modelo que buscou unificar as funções de poupança e de crédito popular com a finalidade de criar nos cooperados o hábito da economia sistemática, mediante o auxílio mútuo, atender as necessidades profissionais, familiares e pessoais, na condução de uma prática de autogestão democrática e autoproteção na tentativa de combater os abusos do sistema financeiro da época (JUNIOR & SILVA, 2013).

1.1 Um breve histórico da constituição das cooperativas de crédito no Brasil.

Conforme o Banco Central do Brasil (2006, p.7):

As cooperativas de crédito são instituições financeiras, constituídas como sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar crédito e prestar serviços aos seus associados. Regem-se pelo disposto nas Leis 4.595, 31.12.1964, 5.764 de 16.12.1971, e 10.406 de 10.1.2002, nos atos normativos baixados pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil e pelo respectivo estatuto social.

Conforme Pinheiro (2008), as cooperativas podem ser classificadas também quanto aos tipos de serviços e funções que realizam dentro desse contexto maior; 1º, 2º e 3º grau. As cooperativas classificadas são como de 1º grau quando são destinadas a prestar serviços diretamente aos associados.

Dentro dessa classificação, são denominadas de 2º grau aquelas que são formadas por pelo menos três singulares¹; tem um trabalho amplificado organizando os serviços econômicos, prestando assistência as filiais unificando e organizando suas atividades. Podendo ser subdivida entre aquelas que estão mais voltadas para a representação política, promoção do cooperativismo, educação cooperativista e assistência técnica e aquelas que além de realizar as mesmas operações tem um caráter mais operacional atuando principalmente na assistência e centralização financeira.

E por último, as cooperativas de crédito de 3º grau constituem aquelas que possuem no mínimo três federações ou centrais tendo como objetivo a coordenação das filiais no caso de as atividades ultrapassarem a capacidade das centrais ou federações (PINHEIRO, 2008).

Dessa maneira, percebemos a diferença entre cooperativismo que se trata de um conceito amplo acerca principalmente de uma proposta de se repensar as relações econômicas e estruturais de produção, enquanto que as cooperativas de crédito surgem como estruturas que constituem de certa maneira, uma consequência do processo vivenciado na construção de alternativas de pensar a relação entre o homem, suas formas de produção e o capital.

Para entender como se define as cooperativas de crédito no Brasil utilizamos a definição da Enciclopédia de Finanças (2019) em que o termo cooperativa pode ser entendido através da sua forma e natureza jurídica próprias, para conceder crédito aos associados.

Conforme o site, o Banco Central regula e administra os tipos e funcionamentos desses tipos de cooperativas de crédito mútuo e de crédito rural singulares, assim como também de cooperativas centrais de crédito constituídas de acordo com a legislação em vigor.

Como forma de incentivo ao cooperativismo, o Banco Central autoriza a constituição de cooperativas de crédito em regime de livre admissão de associados, e cooperativas de pequenos e microempresários e ou microempreendedores, desta forma

1

Singulares são cooperativas formadas por no mínimo 20 associados. Fonte: Lei Federal 5764/71 . http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15764.htm

conecta-se a uma cooperativa central, que engloba várias unidades menores e responde pela fiscalização das atividades das associadas (ENCICLOPÉDIA DE FINANÇAS, 2019).

Contudo, faz necessário fazermos um pequeno esboço histórico acerca da constituição das primeiras cooperativas de crédito no Brasil, para que possamos entender o surgimento e o contexto atual do cooperativismo de crédito brasileiro.

No Brasil, a primeira associação “cooperativa” foi a Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários de Ouro Preto, em 1889. No entanto, existem relatos de 1885, de uma Sociedade Beneficente de Juiz de Fora, do qual tinha algumas características cooperativas como apresentar sócios com denominação de consórcios, cuidar da educação, saúde e seguridade (PINHEIRO, 2008).

Mas pode-se afirmar que o primeiro sistema de cooperativa de crédito no Brasil surgiu em 1902, no Rio Grande do Sul, sob a inspiração do Padre Jesuíta Theodor Amstadt que, conhecia e se inspirou na experiência alemã de Raiffeisen. Foi criada em Linha Imperial, distrito de Nova Petrópolis/RS, a 1ª Cooperativa de Crédito da América Latina, a SICREDI Pioneira RS, atualmente uma das maiores do país e na época denominada “*Caixa de Economia e Empréstimos Amstad*” (PORTAL DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO FINANCEIRO).

A SICREDI Pioneira RS atuava juntamente a pequenas comunidades rurais ou pequenas vilas, tinha como princípios fundamentais a honestidade de seus cooperados sem preocupação efetiva com o capital dos cooperados, seu alvo inicial era reunir as poupanças das comunidades imigrantes e utilizá-las para o seu próprio desenvolvimento (ETGETON et al, 2005).

Esse segmento do cooperativismo conseguiu um grande desenvolvimento no Rio Grande do Sul, desde sua implantação, chegando, inclusive, a dispor de uma cooperativa central com mais cinquenta cooperativas singulares a ela filiadas, atuando até hoje com a denominação de Caixa de Livre Admissão de Associados Pioneira da Serra Gaúcha.

Jacques e Gonçalves (2016) assinalam que em 1932 uma norma do poder Legislativo aperfeiçoou as disposições vigentes à época referentes às cooperativas de crédito. A partir dessa norma as cooperativas de crédito foram determinadas como aquelas que possuíam como foco principal possibilitar aos seus associados créditos e

moeda, mediante a uma taxa “modesta” de juros, auxiliando e proporcionando acesso a operações de crédito e outros serviços associados ou auxiliares de crédito.

A supervisão e fiscalização das cooperativas de crédito estavam submetidas e eram responsabilidades do Ministério da Agricultura, devido a característica econômica do Brasil: exportação de produtos agrícolas. Após 1945, com a ampliação do tipo de economia e transformação do setor financeiro e bancário, principalmente nas regiões Sul e Sudeste, as cooperativas passaram a ter um órgão fiscalizador único denominado SUMOC Superintendência da Moeda e do Crédito (JACQUES; GONÇALVES, 2016).

Os autores também apontam que a partir de 1964, devido a ampla reforma bancária, as cooperativas de crédito passaram a ser consideradas instituições financeira, e o seu funcionamento passou a ser fiscalizado pelo Banco Central do Brasil que desempenhou tais funções com um rigor e controle, pois buscava combater qualquer concorrência ao sistema financeiro capitalista.

Pinho (2004) assinala que durante o período da Ditadura Militar a prioridade era a abertura de crédito específico a grande produção agrícola moderna. Nesse período foram quase integralmente eliminadas todas as pequenas cooperativas de crédito, do tipo Raiffeisen e Luzzatti, das pequenas cooperativas e das cooperativas mistas.

Conforme Pinho (2004), a partir dos anos 2000 houve mudanças significativas em relação a abertura ao cooperativismo de crédito, principalmente, em razão das seguintes resoluções do Banco Central do Brasil: a Resolução n. 3.106, de 25/6/2003 que consentiu a criação de cooperativas de crédito de livre admissão de associados, por micro e pequenos empresários e empreendedores; e a Resolução n. 3.140, de 27/11/2003 que ampliou a resolução a médios e grandes empresários. Podemos ressaltar também a Resolução n. 2.771, de 30/8/2000, que consentiu o regulamento disciplinando a constituição e o modo de operação das cooperativas de crédito.

Sobre a constituição e o funcionamento dos bancos comerciais e de bancos múltiplos que estariam sob o controle acionário de cooperativas centrais de crédito temos a Resolução n. 2.788, de 30/11/2000 e a Lei Complementar 130, de 17 de abril de 2009 que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo, debatendo também as jurisdições do Conselho Monetário Nacional (CMN) no que diz respeito às cooperativas

de crédito e da possível constituição de centrais e confederações de cooperativas (PINHO, 2004).

Referentes as cooperativas de crédito singulares de livre admissão, foco deste estudo, Jacques e Gonçalves (2016) assinalam que as Resoluções n. 3.321/2005, a n. 3.442/2007 e a n. 3.859/2010 foram importantes por tratar da composição de novas cooperativas de livre admissão e das normas referentes ao número de habitantes dos municípios para atuação dessas cooperativas.

Segundo Jacques e Gonçalves (2016), entre 2012 e 2015, diversas resoluções foram sancionadas, possibilitando uma maior normatização da situação das cooperativas de crédito. Estas resoluções são consideradas um avanço na situação jurídico e administrativa deste segmento. Dentre as resoluções, destaca-se a criação de um Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) por meio da Resolução n. 4150/2012. Foi constituída uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica própria, de direito privado, de abrangência nacional, tendo como associadas todas as cooperativas singulares de crédito captadoras de depósito e os dois bancos cooperativos.

Em 2015, a Resolução n. 4.434 rotulou as cooperativas de crédito em três categorias: a primeira denominada como plenas possuem autorização para realizar operações complexas, como as que são permitidas por um banco comercial, as clássicas que possuem autoridade para fazer operações de baixa complexidade e as de capital e empréstimo que não estariam autorizadas a apreender recursos ou depósitos (JACQUES; GONÇALVES, 2016).

Por último, em relação a situação do cooperativismo no Brasil, cabe retratar um pouco sobre os sistemas cooperativos e as confederações, que atualmente, é constituído em cinco grandes principais sistemas: Sicredi, Sicoob, Unicred, Ceced e Cresol. (JACQUES; GONÇALVES, 2016).

Dessa maneira, podemos perceber que a constituição e normatização das cooperativas de crédito se estabeleceram e cresceram dentro de contextos específicos históricos – políticos no Brasil, e suas transformações foram realizadas conforme a necessidade e até o próprio interesse governamental, interessante destacar também que

essas cooperativas de crédito assumem inúmeras particularidades dependendo do seu contexto específico regional e local.

1.2 O conceito de desenvolvimento local.

Sobre o desenvolvimento local e a relação com as organizações coletivas como as cooperativas, Freitas e Freitas (2013) apontam que o desenvolvimento não pode ser percebido como um resultado automático do crescimento econômico. A partir dessa análise, podemos destacar que um conceito é permeado de contextos históricos trazendo consigo um extenso número de análises e perspectivas, as inúmeras correntes que tratam do desenvolvimento demonstram as múltiplas análises que podem ser realizadas.

Destacamos aqui a afirmação de Siedenberg (2004) que aponta que as muitas abordagens não são suficientes para auxiliar na definição definitiva do termo. Dessa forma, para o autor “desenvolvimento continua sendo um conceito ambíguo, difuso, ou seja, um conceito cujos contornos não estão nitidamente definidos”. (SIEDENBERG, 2004)

O desenvolvimento é socialmente construído a partir da produção das necessidades e aspirações dos atores, concomitantemente pela capacidade desses em articular as forças locais às oportunidades que são oferecidas como transformadora de iniciativas inovadoras e também de fortalecer as ações coletivas que podem contribuir para a promoção do desenvolvimento (FREITAS; FREITAS, 2013).

Outra questão teórica importante para citarmos aqui trata-se da discussão entre o desenvolvimento global e local, apontamos aqui a afirmação de Silva Neto et al (2003) que salienta que não devemos cometer o erro de analisar as questões locais sem pensarmos em um contexto global, portanto a discussão acerca do desenvolvimento local deve ser vista a partir de um exercício reflexivo a partir das duas esferas: local e global, no sentido que:

Isto, por um lado, exige o reconhecimento de que a consideração do global – ou seja – a análise dos grandes sistêmicos e estruturais e de sua forma de manifestação do lugar que está sendo investigado – não esgota o conhecimento da realidade local, pois em sua análise devem ser tratados aspectos que não são simples, efeitos de reprodução, em todas as escalas, dos

determinantes globais, mas que lhe são específicos, tais como história, cultura e ecologia próprias. Por outro lado, de que o estudo local não pode se limitar ao estudo dos atores sociais locais, sendo necessário contextualizar as formas pelas quais a dinâmica social global manifesta-se neste lugar específico, condicionando as iniciativas locais e as possibilidades de alternativas de construção do futuro. (SILVA NETO et al, 2003, p.77).

Freitas e Freitas (2013) complementam essa análise apontando que o desenvolvimento local não está conectado somente à definição de um determinado espaço geográfico, mas compreende a constituição da organização social em que permeiam as relações entre os indivíduos e organizações; o local, ou em outras palavras o espaço, nessa perspectiva é uma referência sócio espacial de operacionalização das ações de promoção do desenvolvimento.

Sobre essa relação, Jacques e Gonçalves (2016) apontam que o setor cooperativo possui uma importância particular para a sociedade, visto que essa possibilita a aplicação de recursos privados e assume os correspondentes riscos em favor da própria comunidade na qual se desenvolve. Por representar iniciativas diretamente promovidas pelos cidadãos, pode ser considerada como um aspecto importante para o desenvolvimento local, especialmente nos aspectos de formação de poupança e de financiamento de iniciativas empresariais, que trazem benefícios evidentes em termos de geração de empregos e de distribuição de renda.

Nessa perspectiva também podemos perceber a análise conjunta de acréscimo a necessidade e possibilidade de surgimento novas estruturas para sustentar e auxiliar no crescimento do desenvolvimento em nível local, contribuindo assim para o aparecimento de novos atores e organizações que auxiliam e constroem assim outras perspectivas de desenvolvimento local (GIANEZINI et al, 2009)

Dentre essas organizações, podemos citar as cooperativas de crédito que possuem objetivos diferentes aos bancos tradicionais. Podem ser vistas como novos mecanismos de intermediação financeira que busca aumentar e reestruturar a forma de lidar com os recursos como, por exemplo, direcionando-os para áreas de investimento, aumento na oferta de crédito, moldando uma nova forma de interação com a população e, conseqüentemente, o desenvolvimento local. (GRZESZCZESZYN, 2013).

Para Silva Neto et al (2003), podemos compreender o desenvolvimento local valorizado e impulsionado pelas ações que buscam neutralizar as forças políticas, econômicas e culturais excludentes e homogeneizadoras. Para o autor, o desenvolvimento local busca reestruturar as relações econômicas enfatizando a identidade local, os atores, e as suas relações. Nesse contexto, as cooperativas de crédito podem ser consideradas essenciais, pois possibilitaria acesso a um tipo de serviço e oportunidade para uma parcela da “sociedade excluída” desses serviços prestados pelos bancos tradicionais, aumentando e auxiliando na capacidade de desenvolvimento local”.

Capítulo 2. Um estudo de caso sobre Porto Firme, Minas Gerais

O município de Porto Firme, cidade onde está instalada a cooperativa de crédito objeto de análise deste estudo, se localiza na Mesorregião Zona da Mata no estado de Minas Gerais. Segundo historiadores, a ocupação da Zona da Mata se deu através de ocupação de áreas indígenas. O objetivo era abertura de novos caminhos para busca do ouro já que as minas auríferas se encontravam em declínio, e logo as populações das vilas se mudaram para a Zona da Mata no interesse e na busca de terras para o cultivo (ROSADO, 2010).

No povoamento de Porto Firme, o principal nome citado é a chegada do João Siqueira Afonso, na busca por metais preciosos. O desbravador chegou através do rio Guarapiranga partindo da região de Ouro Preto e Mariana e estabeleceu-se a margem direita do rio. Até 1864 o nome do povoado era Tapera, logo se elevou a categoria de distrito e recebeu o nome de Porto Seguro, nome esse devido ao aparecimento de canos e canoieiros ao comando do fazendeiro Capitão Joao Batista de Araújo Silva (ROSADO, 2010).

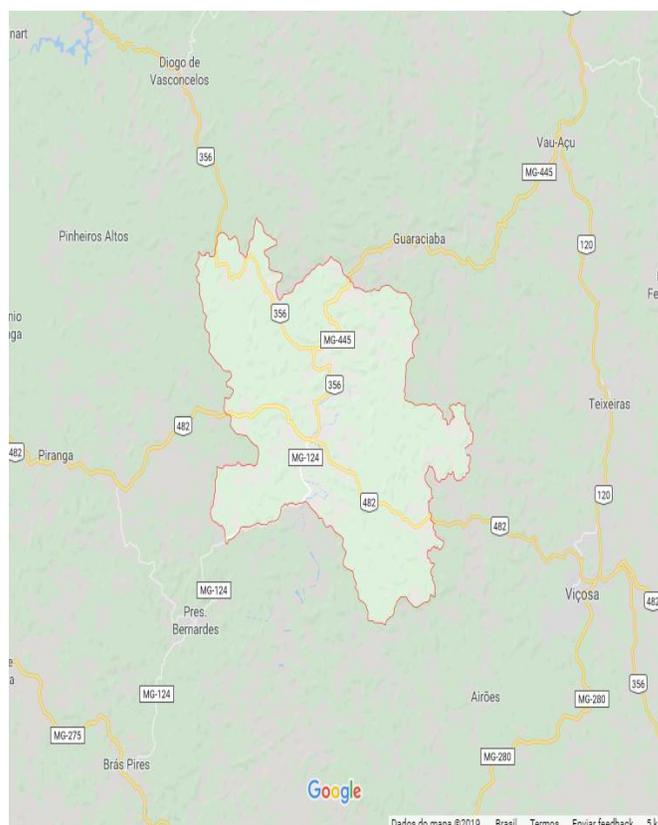
Em 1943, a denominação foi alterada para Porto Firme, devido a constantes desvios de correspondências para a cidade baiana de Porto Seguro. Dez anos mais tarde, a localidade foi emancipada. Depois da época do ouro, os moradores passaram a se dedicar a atividade de agropecuária, com crescimento de outras áreas do setor terciário que foram mostradas ao longo do tempo pelos estudos do IBGE (ROSADO, 2010).

O município apresenta então diferentes dimensões e complexidades sendo elas classificadas em: grandes, médias e pequenas cidades. Conforme Manfio e Benaduce (2011), os pequenos municípios diferentemente dos grandes apresentam particularidades, poucos fluxos de mercadorias e pessoas, a tranquilidade, a arborização, a pouca extensão do tecido urbano, aproximando pessoas. Muitas destes, a maioria de características rurais, têm como eixo econômico a agropecuária e um modo de vida mais rural, de contato com a natureza, como é o caso do município de Porto Firme.

O município de Porto Firme possui clima tropical e está localizado na Zona da Mata mineira a sudoeste do estado de Minas Gerais (Figura 2). Está a 195,2 km de

distância da capital Belo Horizonte pela BR 482 e BR-040 e possui uma extensão territorial de 285,01 Km², fazendo limite com municípios de Piranga, Ponte Nova, Viçosa e Guaraciaba.

Figura 2: Localização do município de Porto Firme



Fonte: *Google Maps*, 2019.

Possui uma população estimada em 2017 de 11.245 habitantes das quais 22,96% se encontram em áreas rurais e os outros 77,04% estão nas áreas urbanas. Sendo assim, como grande parte dos municípios do estado de Minas Gerais, trata-se de um município de pequeno porte. A atividade rural tem grande contribuição no Produto Interno Bruto Municipal, refletindo ainda uma realidade brasileira, onde apesar de ter se tornado um

país industrializado, no que tange ao setor econômico, o país apresenta o agronegócio como atividade atuante (IBGE, 2015).

No entanto, notavelmente como característica dos municípios de pequeno porte em Minas Gerais, a principal atividade predominante não é agricultura, mas sim o setor terciário, apesar da força e característica que tem a atividade rural. Dados do IBGE (2015) indicam que 74% do valor adicionado ao PIB de Porto Firme refere-se ao setor terciário, em destaque os serviços públicos, que inclui empresas de instâncias municipais, como setores da educação, saúde, defesa, administração e seguridade social, áreas potenciais de atuação de cooperativas de crédito, conforme afirma Pinheiro (2008).

Minas Gerais representa o terceiro maior PIB do Brasil e o setor no estado que mais contribui é o da prestação de serviços, indo de encontro ao próprio resultado PIB do país, em que o setor terciário tem crescido de tal forma que a sua colaboração já alcança mais de 70% nos rendimentos brasileiros. No entanto, o que ocorre em cidades de pequeno porte no estado, é que dentro do setor terciário a participação do comércio é superada pela administração pública, o que é condizente com a realidade da cidade que está sendo estudada economicamente nessa monografia (IBGE, 2017).

Segundo dados do Censo Agropecuário de 2006, o município possui 1.034 estabelecimentos agropecuários, sendo 4.227 pessoas ocupadas por esses estabelecimentos. Já em 2015, segundo o IBGE, o município agregou o total de 158 empresas atuantes, 617 pessoas assalariadas com salário médio mensal de 1,5 salários mínimos.

2.1. Surgimento e perfil da SICOOB CREDIRAS

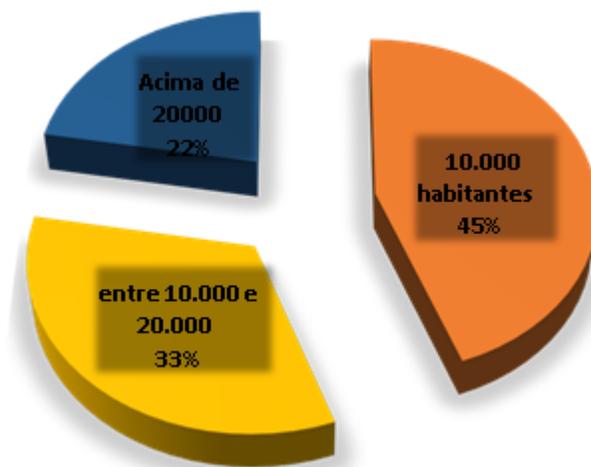
Em 04 de maio de 1995 na cidade de Raul Soares, por iniciativa de produtores rurais, constituiu-se através de uma assembleia geral a cooperativa de crédito sob denominação Cooperativa de Crédito Rural de Raul Soares Ltda. – SICOOB CREDIRAS, com objetivo de atender as demandas dos produtores rurais da região (RIBEIRO, 2012).

Já em 08 de outubro de 2010, a cooperativa que antes se tratava apenas em crédito rural, tornou-se uma cooperativa de crédito de livre admissão, ou seja, passou a

ser denominada Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da União dos Vales do Piranga e Matipó Ltda. – SICOOB UNIÃO, sendo ela regida pela legislação vigente pelos atos normativos editados pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil, por um Estatuto Social, pelas normas e diretrizes de atuação sistêmicas estabelecidas pelo SICOOB Confederação, pelas normas internas próprias e pela regulamentação da cooperativa central a que estiver associada tendo como sede administrativa na cidade Raul Soares-MG (SICOOB UNIÃO, 2012).

Conforme as normas do sistema SICOOB Confederação, foi instituída a sede administrativa e as áreas nas quais ela poderá atuar podendo inserir nelas PA's (pontos de atendimentos), sendo essas áreas de ação limitadas ao município sede e aos seguintes municípios: Abre Campo, Acaiaca, Amparo do Serra, Araponga, Alvinópolis, Barra Longa, Bom Jesus do Galho, Cajuri, Canaã, Coimbra, Córrego Novo, Diogo de Vasconcelos, Dionísio, Dom Silvério, Guaraciaba, Jequerí, Oratórios, Pedra do Anta, Piedade de Ponte Nova, Piranga, Ponte Nova, Porto Firme, Rio Casca, Rio Doce, Santa Cruz do Escalvado, Santo Antônio do Gramma, São Geraldo, São José do Goiabal, São Miguel do Anta, São Pedro dos Ferros, Sem Peixe, Sericita, Teixeiras, Urucânia, Vermelho Novo, Viçosa. Atualmente, em 2018, o SICOOB União possui agências em 19 cidades, sendo que em 45% das cidades, são de até 10.000 habitantes, 33% das cidades são entre 10.000 a 20.000 e apenas 22% são acima de 20.000 habitantes, onde, a instituição atua com grande importância e participação para sociedade (SICOOB UNIÃO, 2012).

Gráfico 1: Número de habitantes nas cidades onde possuem agência do SICOOB



Fonte: SICOOB UNIÃO, 2012

Acerca do Sicoob, Jacques e Gonçalves (2016) destacam que um Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil é um sistema integrado de cooperativas em cuja base estão as cooperativas singulares ou de primeiro grau, tanto urbanas como rurais, espalhadas por quase todas as unidades federativas brasileiras. Contudo, as cooperativas do Sistema Sicoob estão organizadas da seguinte maneira: as singulares ficam responsáveis pelo atendimento aos associados, as centrais prestam serviços de centralização financeira, controle e supervisão e a Confederação (Sicoob Brasil) cuida dos serviços de integração, controle e padronização das cooperativas do sistema Sicoob. O Bancoob coloca à disposição dessas cooperativas, mediante convênio, produtos e serviços que, por questões legais ou de escala, não poderiam prestar por conta própria (JACQUES; GONÇALVES, 2016).

Dessa maneira, podemos apontar que a Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da União dos Vales do Piranga e Matipó Ltda. – SICOOB UNIÃO foi criada com base nas novas regulamentações referentes as cooperativas de crédito e dessa maneira, se torna um exemplo da abertura e estabelecimento legal dessas instituições.

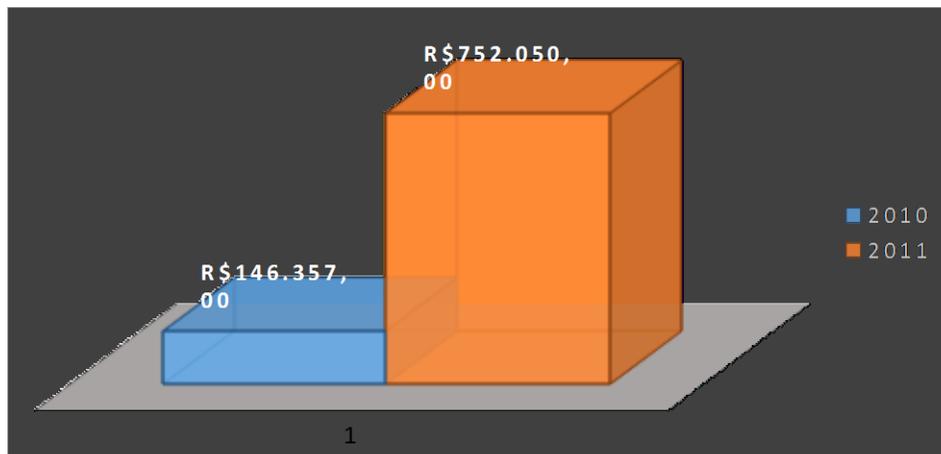
Capítulo 3. A adesão à Livre Admissão

No ano de 2010, em virtude das modificações implementadas na sede central do SICCOOB CREDIRAS, a unidade localizada na cidade de Porto Firme que antes atendia apenas produtores rurais, também se transformou em cooperativa de livre admissão e aglutinou-se ao sistema SICCOOB União da sede de Raul Soares.

A proposta do novo sistema era interessante não só para a cooperativa de crédito rural de Porto Firme que tinha uma área de atuação limitada aos produtores rurais, mas também para o município, pois traria a opção de aumentar a abrangência dos serviços financeiros para a população, contemplaria além de produtores rurais, pessoas físicas. Esta iniciativa vinha de encontro com a característica e necessidades desse município de pequeno porte, já que a principal atividade não advinha do setor agropecuário, mas da prestação de serviços.

Além disso, havia demanda pela população por serviços bancários e acesso ao crédito, em contrapartida a cooperativa pôde oferecer menores taxas de juros e um atendimento mais próximo a população. Segundo Silva e Costa (2010), uma simulação comparando as taxas os juros cobrados pelas cooperativas em contrapartida aos bancos comerciais em cartão de crédito, cheque especial e crédito pessoal, mediante a dados coletados na OCB (2007), observa - se uma diferença em média de 45,97 % em economia se os associados mantivessem suas operações na cooperativa, ou seja, nos bancos ele pagaria quase que o dobro do que nas cooperativas.

No período entre 2010 a 2011, após a transformação, houve crescimento expressivo na carteira de não rurais e rurais, conforme evidenciado nos Gráfico 2 e Gráfico 3.



Fonte: Elaborado pelo autor, 2019

Pode-se perceber que em 2011, após o processo de modificação para livre admissão, o volume da carteira de empréstimos aumentou para mais do que o dobro dos repasses rurais, resultado que pode ser atribuído à admissão de novos associados e à flexibilização do acesso ao crédito, uma vez que antes da mudança só se trabalhava com produtores rurais, sendo possível, após a transformação, abranger maior parcela da sociedade com serviços financeiros.

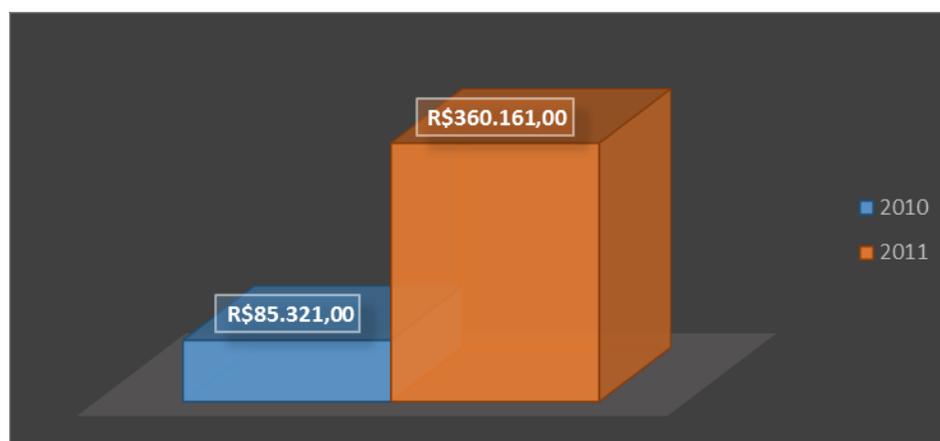
A carteira de empréstimos não rural, segundo o relatório de resultados da cooperativa, é representada pelos recursos em adiantamentos de depositantes; empréstimos (credito pessoal, capital de giro), conta garantida, cheque especial, títulos descontados, financiamentos e operações renegociadas. Tais aplicações incluem por exemplo bens duráveis, como financiamento de veículo. Ao passo que estes empréstimos para aquisição de bens de consumo duráveis possam incorporar crédito e dinamizar a economia, também pode trazer sérios problemas à saúde financeira do indivíduo ou da empresa, quando não utilizado de forma consciente e não aplicadas na real finalidade do recurso.

Portanto, é dever das cooperativas fomentar entre os usuários do sistema cooperativista educação financeira, conscientização do uso dos serviços e do crédito e ciência da capacidade de pagamento tendo como base os rendimentos mensais e os gastos correntes com cartão de crédito, água, luz, telefone e alimentação. Vale ressaltar que as instituições financeiras estão cada vez mais evoluindo tecnologicamente, proporcionando ao cliente plataformas digitais de controle onde é disponibilizado

recursos que auxiliam na gestão financeira de cada usuário, como, por exemplo, aplicativo de controle de gastos, podendo também promover essa o conhecimento e importância sobre a existência dessas plataformas.

Por serem realizadas mediante uma instituição que é regida por leis, normativos e padrões, as operações de créditos por meio de cooperativas de crédito promove a desinformalização das relações de empréstimos entre os indivíduos. Segundo Paes (2010), a oferta de crédito dentro da formalidade possui taxas de juros menores do que no mercado informal, os agiotas por exemplo, e as instituições financeiras podem fornecer de crédito formal ou seja, fiscalizados órgãos reguladores à empresas formais que declaram e prestam conta do que faturam.

Gráfico 3 : Crescimento da carteira de rural no período de 2010 a 2011 – Porto Firme, Minas Gerais



Fonte: Elaborado pelo autor, 2019

O crescimento na carteira não rural era esperado, uma vez que a inserção de novo público levaria ao incremento na carteira de empréstimos. Entretanto, o crescimento expressivo na carteira de empréstimos rurais não era esperado.

Este crescimento pode ser explicado pela criação de linhas de créditos rurais próprias da cooperativa - que antes eram ofertadas somente mediante, por exemplo, incentivos do governo via Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. Após a aglutinação e transformação em livre admissão foi possível ofertar

um volume maior de créditos oriundos das reservas da cooperativa, o suficiente para fornecimento desse serviço.

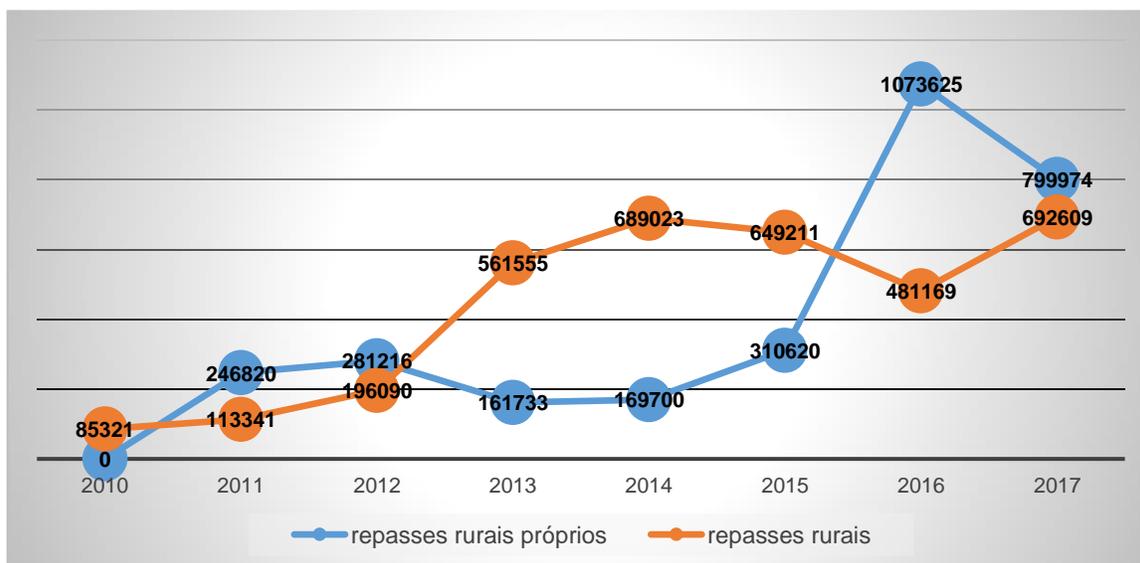
Vale ressaltar que houve uma preocupação por parte da instituição em poder prestar um serviço mais eficiente aos produtores rurais com a criação de linhas de crédito rural disponíveis durante todo o ano. Um dos motivos para essa mudança é a restrição do crédito rural ao calendário do setor. Com a ampliação, há um melhor gerenciamento dos recursos, que ficavam ociosos durante períodos de entressafra. Houve também aumento e incentivo a oferta e concessão de crédito no intuito de expansão da carteira. Este é um resultado importante, uma vez que as duas carteiras de crédito cresceram.

As linhas de crédito rural que são divididas em repasses do governo federal e linhas de crédito próprias da cooperativa, mostra no Gráfico 4, em 2010, quando ainda era uma cooperativa rural, a cooperativa de crédito de Porto Firme somente emprestava recursos oriundos do governo federal, que por sua vez possuem menor risco para a cooperativa. Ao aderir à livre admissão em 2011, observou-se após a criação de linhas próprias de crédito rural, que o resultado anual foi superior aos recursos disponibilizados pelo governo federal.

Já de 2012 a 2015 houve maior concessão de créditos rurais governamentais. Em 2017, as duas carteiras praticamente se igualaram. Essa oscilação acontece por que em certos períodos os repasses governamentais não são concedidos à cooperativa, ou foram disponibilizados em pouca demanda, fazendo com que as linhas de crédito rural dos recursos próprios suprissem essas variações.

Deve-se ressaltar que o aumento de concessão de crédito com capital próprio impacta diretamente no risco da cooperativa, uma vez que estes repasses rurais saem de suas próprias reservas, destacando o fato da cooperativa proporcionar crédito ao associado assumindo o risco da operação em prol de fomentar o crédito aos associados.

Gráfico 4: Carteira de Repasses Rurais no período de 2010 a 2017 em valores (R\$) - Porto Firme, Minas Gerais



Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

Observa-se que o que aconteceu com a cooperativa em Porto Firme é uma tendência do cenário atual, visto que o número de cooperativas que oferecem apenas crédito rural, no ano de 2011 a 2012, caiu 11,3%. Enquanto que as cooperativas de crédito de livre admissão cresceram 10,2%. Como resultado, a participação nas operações passou de 54,5% em 2011 para 57,5% em 2012, enquanto nas cooperativas exclusivamente rurais caiu de 10,9% para 9% no período (SICOOB, 2018).

Podemos citar aqui as experiências de outras cooperativas, como Alto Parnaíba que também demonstram essa tendência e melhora em alguns resultados. Em cinco anos, o quadro de cooperados aumentou cerca de três vezes, aumentando por fim o número de funcionários e montante de recursos (GONÇALVES et al., 2014).

Além disso, a abertura para livre admissão permite que as cooperativas de crédito possam ampliar suas ações como agente de desenvolvimento local e regional, pois facilita o acesso ao crédito, fazendo com que a captação e a aplicação de recursos ocorram em um mesmo lugar, promovendo o crescimento econômico.

Apesar desses aspectos positivos, é preciso avaliar os riscos inerentes à conversão, o estudo de Gonçalves et al. (2014) intitulado “Livre admissão e risco de crédito em uma cooperativa” realizado no município de Alto Parnaíba, evidencia que ao

contrário das outras instituições, a cooperativa não conseguiu evoluir no que tange o volume de depósitos em relação ao crescimento do número de operações de crédito, o que segundo o artigo, é resultado de uma política ineficiente de concessão de crédito em relação a captação de depósitos, pois tudo que se captava em depósitos eram reinvestidos em operações de crédito.

Pode-se observar também que as liquidações de operações sofreram oscilações, e os indicadores apontaram que o risco de inadimplência calculado pela cooperativa era baixo, o que poderia representar duas situações: ocorrência de concessão de crédito de baixo risco ou uma política de mensuração de risco ineficiente. O autor cita posteriormente que à longo prazo houve captação de depósitos crescente, entretanto não foi pelo fato de ter ocorrido o processo de livre admissão, e sim por um incentivo do BNDES para o aumento nas reservas no período de 2009.

Em Porto Firme, pode ser observado o contrário com relação a abertura para livre admissão, tanto no volume de operações de crédito quanto no número de depósitos, pois ocorreu crescimento evidenciado pelo Gráfico 5, evolução essa possível devido a sua conversão para abertura a um público mais abrangente do que apenas o setor rural.

Entre os anos de 2010 a 2011, após ter ocorrido esse evento, o crescimento da carteira de crédito geral, foi de R\$ 1.173.000,03, ou seja, um aumento de 345,09%. Já entre os anos de 2010 a 2017, observou-se crescimento de aproximadamente 1.390%, chegando a uma carteira de Crédito em 2017 de R\$ 5.405.181,00. No que se refere aos depósitos, também houve aumento, fato esse explicado pelo boa administração e implementação das políticas de crédito na cooperativa, onde ao final de 2017 o resultado foi de 435,59 % a mais em relação a 2010, chegando um saldo médio de R\$ 11.4967.04,00.

Gráfico 5: Crescimento da carteira de crédito no período de 2010 a 2017- Porto Firme-MG



Fonte: Elaborado pelo autor, 2018.

3.1. Potencialidades da adesão à livre admissão no contexto municipal

Conforme mencionado anteriormente, no cenário nacional constata-se desinteresse dos bancos com relação a comunidades remotas ou de baixa densidade populacional, como os municípios de pequeno porte (LIMA, 2014). Este cenário eleva a importância das cooperativas de crédito, uma vez que em vários desses pequenos municípios, notadamente no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, onde se têm as premissas de sua origem, as cooperativas detêm uma elevada presença, que chega a ultrapassar 60% a 70% da população economicamente ativa.

Aliás, as cooperativas são, também, as únicas instituições financeiras em 564 municípios brasileiros assim como em Porto Firme e muitas das cidades que apresentam PAs da sede de Raul Soares (KEMERICH, 2014). Essa forte presença e expansão das cooperativistas em tais localidades pode estar relacionada à abertura de livre admissão como também ao fato de sua exclusividade no local, já que não há a presença de bancos em muitos desses municípios, sendo a cooperativa de crédito responsável por exercer esse papel.

Ao se tornar uma cooperativa de livre admissão a agência de Porto Firme se tornou mais competitiva, independente e sustentável. Essa também foi a única agência no local que promoveu o seu desenvolvimento por meio da carteira de serviços, devido ao fato de não existir outras agências que tenham interesse em participar da economia dessa cidade.

Considerando que Minas Gerais tem a porcentagem de aproximadamente 92,26% de municípios pequenos, com menos de 10.000 habitantes (POEPS, 2017), a presença de cooperativa de crédito de livre admissão nessas cidades é capaz de aumentar a rentabilidade local e o seu desenvolvimento, visto que o perfil dessas pequenas cidades, por não se basear somente na economia rural, necessita dos benefícios advindos da livre admissão como o aumento na carteira de crédito para a dinamização da economia e auxiliar no crescimento local.

Portanto, assim como os bancos convencionais, a cooperativa tem seguido as tendências do mercado para atender a população com serviços financeiros adequados à realidade dos associados. A necessidade em atender as demandas de recursos financeiros da sociedade fez com que as cooperativas se tornassem “Bancos Cooperativos”, ou seja, uma instituição que traz em teoria a mesma funcionalidade que os bancos, porém com princípios pautados em outras diretrizes.

Com essa atuação mais abrangente, as cooperativas de crédito de livre admissão cresceram e foram de encontro ao atual perfil das pequenas cidades da Zona da Mata Mineira, em que o setor terciário tem maior participação na geração de riquezas do que o setor agropecuário, em predominância, setores de educação, saúde e administração municipal (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2017).

Outra potencialidade foi o fornecimento de serviços bancários, até então indisponíveis no município. Os moradores do município se viam reféns da ausência dos serviços bancários na cidade, uma vez que tinham que procurar pelo mesmo em bancos de cidades próximas maiores, se restringindo a juros altos praticados.

A cooperativa rural, ao ser incorporada e transformada em livre admissão, se aproximou da população em todos os sentidos, oferecendo serviços que iam de encontro ao público – alvo da cidade, ou seja, alcançando pessoas que antes não podiam se

associar, devido à restrição rural. Essas mudanças possibilitaram que a população tivesse acesso próximo e em seu município à serviços bancários.

3.2 . O perfil dos clientes da Sicoob União Porto Firme

O primeiro aspecto a ser analisado na entrevista estruturada foi a média de idade entre os associados a cooperativa de crédito de Porto Firme – MG. Observou-se que 16% dos entrevistados possuem mais de 60 anos de idade, 58% dos associados possuem idade entre 40 a 60 anos, 26% possuem idade entre 18 a 40 anos.

Tabela 1 - Características dos cooperados entrevistados, Porto Firme – Minas Gerais.

Faixa Etária	18-40 anos	41-60 anos	Mais de 60 anos
Quantidade	9	18	5
Porcentagem	26%	58%	16%

Fonte: Pesquisa de campo, 2019

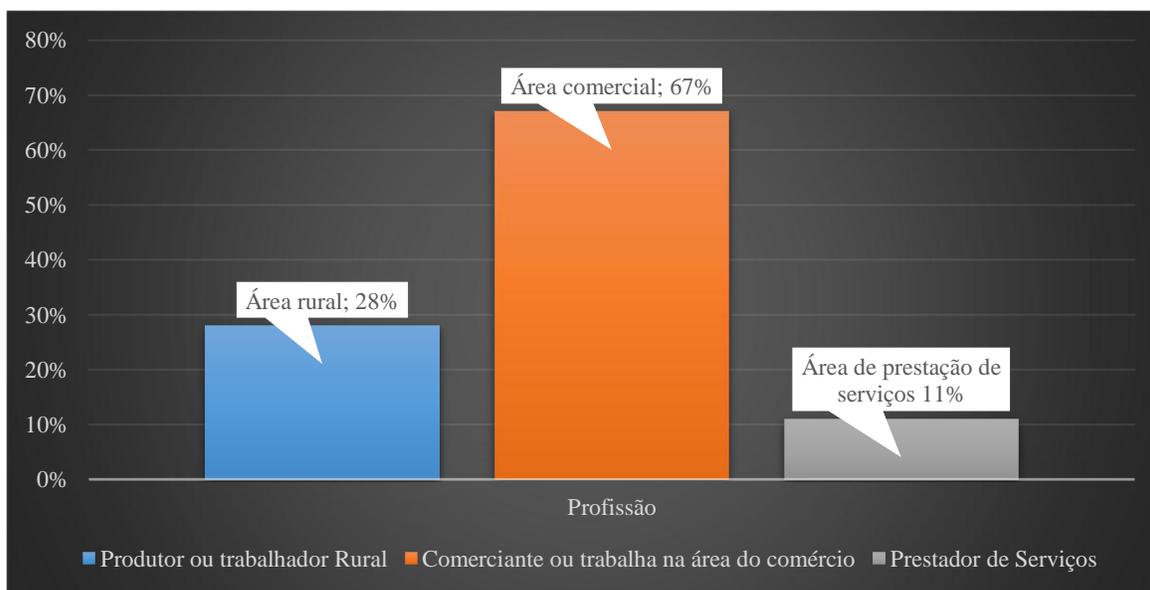
A partir desse dado, foi observado que a maioria dos entrevistados que acompanharam, no período de 2010, a mudança da cooperativa de crédito para livre admissão, já haviam tido algum tipo de experiência com algum banco, como, por exemplo, empréstimo consignado, financiamentos e crédito pessoal, o que, por sua vez, criou um parâmetro para servir de comparação com o serviço prestado pela cooperativa.

Entre os entrevistados, 72% são naturais de Porto Firme – MG, enquanto o restante não informou ou são naturais das cidades vizinhas ou se mudaram para a cidade em busca de melhores oportunidades. A maioria dos entrevistados eram homens, representando 85% do total.

Quanto ao tipo de atividade profissional, ficou delimitada em três áreas principais, a primeira entre aqueles que exercem atividades rurais (incluindo trabalhadores rurais e produtor rural), a segunda aqueles que exercem atividades na área comercial (comerciantes, empresários, e aqueles que trabalham no comércio) e o terceiro

ao grupo de prestadores de serviços em geral como (vidraceiros, mecânicos, eletricitas e outros). Os resultados do Gráfico 6 corroboram os achados que indicam a predominância do setor comercial nas atividades do município de Porto Firme e no perfil da clientela da cooperativa de crédito.

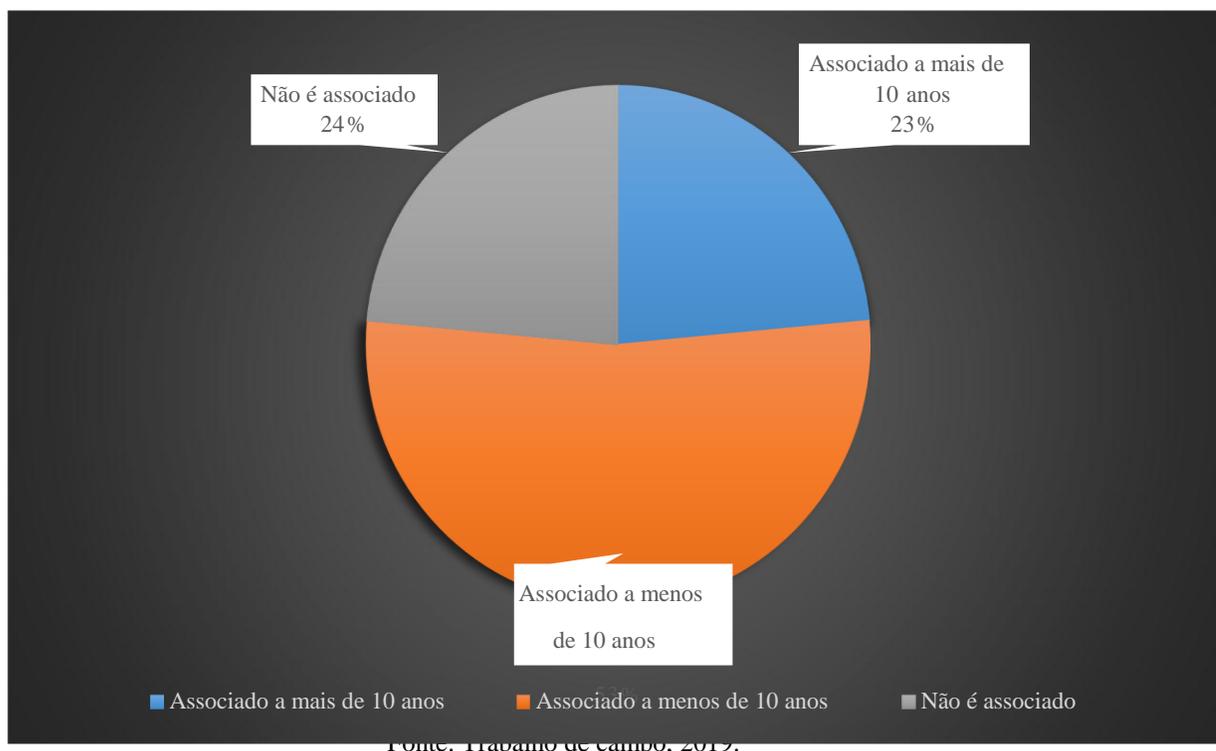
Gráfico 6: Atividade profissional dos entrevistados da Cooperativa de Crédito – Porto Firme, MG



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Em relação ao tipo de relação que possuem com banco, questionamos se eram associados e há quanto tempo, constatou-se que apenas 23% eram associados a mais de 10 anos, enquanto que quase o mesmo percentual (24%) não eram associados a cooperativa e 53% dos entrevistados eram associados a menos de 10 anos como demonstra o Gráfico 8 abaixo. A presença majoritária de associados a menos de 10 anos pode ser reflexo da abertura para livre admissão, culminando no aumento expressivo de associados que hoje é de 1250 pessoas. Vale ressaltar que não foi possível ter acesso a evolução do quadro de associados no período compreendido, devido ao fato de não se ter contabilizado essa informação dentro da cooperativa.

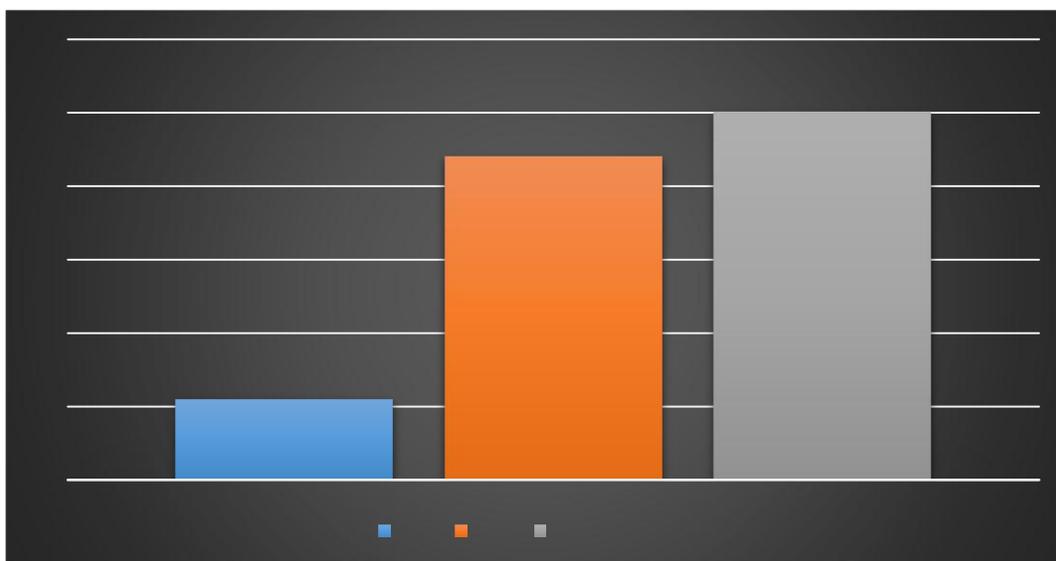
Gráfico 7: Tipo de relação com a cooperativa de crédito - Porto Firme, Minas Gerais



Os entrevistados também foram indagados acerca do conhecimento do que seria uma cooperativa de crédito. Dentre os entrevistados, 50% responderam que não tem certeza se entendem e compreendem o que é uma cooperativa de crédito e pouco mais de 40 % responderam que não compreendem. Pelas declarações obtidas, observa-se que existe uma grande desinformação sobre o que é o cooperativismo.

A cooperativa presta serviço ao resto da população em pagamentos de contas, depósitos em poupança, faz com que esses indivíduos enxerguem a instituição como um banco, pois presta o mesmo serviço que um banco. Todavia, é importante que haja um trabalho de educação sobre os princípios que regem esse sistema e as vantagens do mesmo para a população. Para Oliveira (2007), os administradores das cooperativas precisam divulgar aos cooperados os aspectos positivos que a legislação apresenta para o “ato cooperativo”, induzindo a um maior interesse em comprometer-se com a cooperativa.

Gráfico 8: Conhecimento sobre o que é uma Cooperativa de Crédito – Porto Firme, Minas Gerais

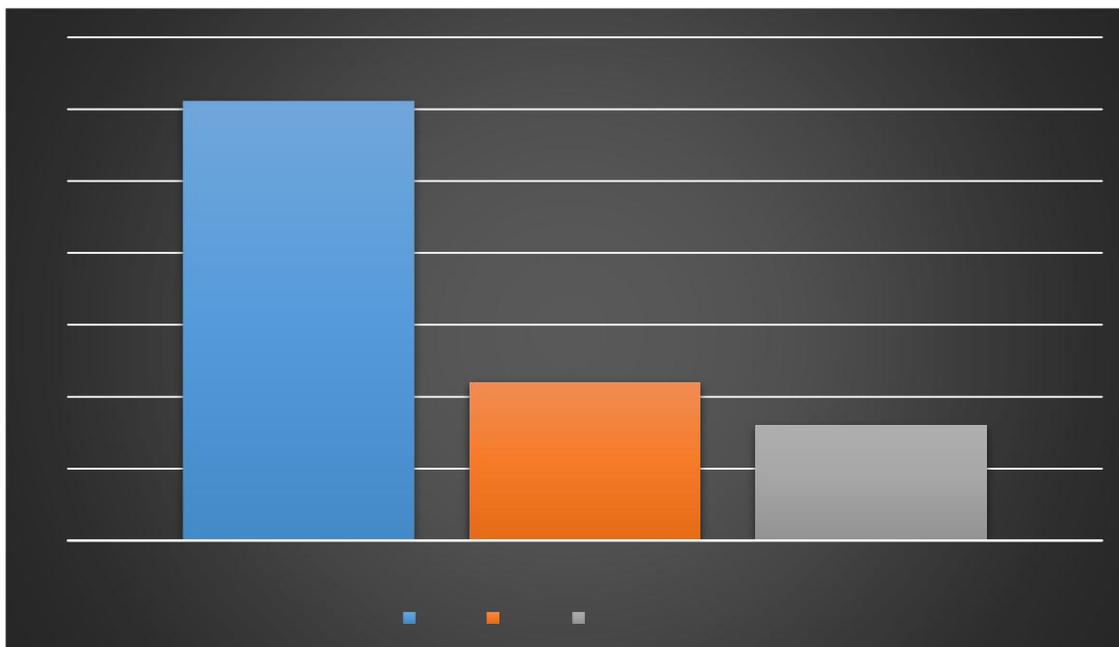


Fonte: Pesquisa de campo, 2019

Quando indagados se compreendem as vantagens em ser associado da cooperativa de crédito, 60% responderam que sim, por meio dos benefícios e facilidades que podem acessar na mesma, 22% responderam que não veem vantagens e aproximadamente 18% entendem que não tem certeza sobre as vantagens.

Nesse contexto, evidencia-se novamente a desinformação com relação ao cooperativismo, onde somente através da informação concreta ao alcance da população por meio de comunicações eficientes e/ou pelos próprios funcionários das agências, os pontos positivos de se associar a uma cooperativa possam ser realmente reconhecidos. Portanto, é importante fazer um trabalho de educação cooperativa, trazendo o associado para mais perto do cotidiano da instituição, além disso, essa proximidade com o indivíduo, traz melhor compreensão sobre suas necessidades, culminado em um atendimento mais efetivo e humanizado, traçando o perfil dos associados em si e o fidelizando junto a cooperativa.

Gráfico 9 - Compreensão sobre vantagens em ser associado de uma cooperativa de crédito – Porto Firme, MG



Fonte: Pesquisa de campo, 2019

Na questão sobre a importância da Cooperativa de Crédito na cidade de Porto Firme, aproximadamente 90% dos entrevistados reconheceram que após a implantação tiveram mais vantagens do que desvantagens, apontam que houve um maior acesso e facilidade a serviços bancários (pagamentos, empréstimos, depósitos e outros) que anteriormente só eram ofertados por casas lotéricas na cidade ou apenas com o deslocamento até outra agência das cidades vizinhas, pontos também levantados pela literatura.

Citaram ainda, como pontos negativos, a burocracia e o mal atendimento bancários das agências mais tradicionais que vivenciavam quando buscavam esses recursos fora do âmbito municipal, visto que o mesmo não dispõe de agências bancárias, em contraposição a facilidade e o atendimento mais humanizado, agilidade, acolhimento e maleabilidade na cooperativa da cidade. Alguns salientaram também as taxas de juros acessíveis da cooperativa, comparado as agências das quais esses cidadãos recorriam na região próxima ao município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, conforme mencionado na introdução, observa-se que as cooperativas, nesse caso específico, as cooperativas de crédito de livre admissão, surgiram com um potencial de se estabelecer e competir nos mercados, devido aos custos referentes as taxas de juros serem menores, existirem diversas formas de crédito, por não se restringirem mais a um público específico e ao estabelecer intenso elo com a localidade da qual está inserida.

As cooperativas por trabalharem com alguns recursos do governo, estrutura de atendimento humanizado e redução de burocracia proporcionam ao produtor a disponibilização crédito em melhores condições que em bancos tradicionais. Além disso, dado o cenário de redução de recursos destinados ao financiamento de políticas públicas federais, tais como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), a cooperativa de crédito de Porto Firme se apresenta como alternativa de financiamento por possuir recursos próprios para viabilizar a produção e comercialização dos produtos da agricultura familiar.

A diversificação do crédito também é importante uma vez que pode criar opções que atendem as necessidades da sociedade, como, por exemplo, para financiamento de saneamento básico, educação, comercialização de produtos orgânicos e etc. Outra frente é proporcionar aos associados formas de percepção das vantagens ao estarem inseridos em uma cooperativa, havendo a possibilidade de retorno do que o que foi aplicado, em forma de objetos, por exemplo, kit escolar em época de início de aulas, sorteio de fossas sépticas entre os produtores rurais, entre outros.

Sugere-se um trabalho de educação financeira na comunidade onde a instituição está inserida, o que pode resultar numa melhor aplicação e aproveitamento dos recursos, em conjunto com a conscientização sobre a utilização do crédito cooperativo, produtos e serviços, proporcionando serviços e linhas de crédito que atendem a realidade dos cooperados e contribuindo para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e ciente sobre a importância e proveitos da cooperativa em âmbito local.

Observou-se que existem claras diferenças e semelhanças entre as cooperativas de crédito e os bancos. Se por um lado, a cooperativa de crédito se assemelha a um

banco tradicional por oferecer serviços financeiros, por outro lado, exerce importante papel de oferecer serviços de forma mais humanizada e mais acessível a seus cooperados. Conforme podemos destacar, os dados obtidos nas entrevistas realizadas com a população de Porto Firme, demonstraram que pouco mais de 90% dos entrevistados reconheceram que, após a implantação ocorreu acesso facilitado a serviços bancários (pagamentos, empréstimos, depósitos e outros), o que anteriormente só eram ofertados por casas lotéricas na cidade ou com o deslocamento até outra agência das cidades vizinhas.

Diante do exposto, o presente trabalho teve como objetivo geral revelar possibilidades e desafios após a transformação e implantação de um sistema de cooperativa de crédito de livre admissão na cidade de Porto Firme localizada na Zona da Mata mineira.

Considerando este objetivo geral, os objetivos específicos foram definidos: i) entender o que seriam as cooperativas de crédito e relacionar sua criação com o contexto histórico geográfico; ii) investigar suas principais filosofias e ideias; iii) traçar uma breve análise histórica de Porto Firme, o perfil socioeconômico da cidade e da cooperativa de crédito da localidade; iv) identificar as principais mudanças em termos de desempenho e perfil do público ocorridas frente a abertura para livre admissão.

Considerando o objetivo geral de *analisar as possibilidades após a transformação em cooperativa de livre admissão*, observou-se que a expansão no público atendido possibilitou a inserção de novos cooperados, até então excluídos ou com dificuldade de acesso aos serviços bancários, e o aumento de recursos disponíveis para investimento rural e não rural na economia local, resultando em aumento da carteira de crédito não rural e rural.

Dessa maneira, as perspectivas esperadas com a conversão para livre admissão sobrepuseram as mesmas, visto que apesar do aumento na carteira da empresa, a elevação da carteira rural não era esperada de forma tão evidenciada. Além disso, a adesão da população foi demonstrada pelo quantitativo de pessoas não produtoras rurais que se tornaram cooperados, em busca de acessibilidade e também de capacitação para o acesso a diferentes “ativos de capital”, auxiliando efetivamente no empoderamento dos indivíduos sociais envolvidos.

O setor cooperativo é de singular importância para a sociedade, na medida em que promove a aplicação de recursos privados e assume os correspondentes riscos em favor da própria comunidade na qual se desenvolve. Por representar iniciativas diretamente promovidas pelos cidadãos, foi importante para trazer benefícios a população, especialmente nos aspectos de formação de poupança e de financiamento de iniciativas empresariais, que trazem pontos positivos evidentes em termos de geração de emprego, por exemplo, além de taxas menores com relação ao mercado. Portanto, a conversão para livre admissão propiciou aumento do acesso das diversas parcelas sociais ao crédito e para o desenvolvimento econômico sustentável e endógeno do município.

Imprescindível ressaltar que este trabalho apresentou apenas um recorte sobre a temática do cooperativismo sendo essencial a realização de estudos futuros aprofundados que possam relacionar o crescimento nos indicadores de crédito das cooperativas e sua participação após a adesão à livre admissão ao PIB dos pequenos municípios, buscando evidenciar se estas têm potencial para influenciar a geração de riquezas e a dinamização da economia local, contribuindo para um desenvolvimento socioeconômico equitativo e estável.

Outra frente de estudos futuros sugeridas é a análise dos dados para todas as agências da SICOOB União, de modo a verificar se os resultados encontrados no município de Porto Firme também podem ser encontrados nos demais municípios de abrangência da cooperativa, buscando ressaltar possíveis similaridades e diferenças.

Sabe-se da capacidade das cooperativas de crédito de contribuir para um mundo mais justo, porém, não se conhece o tamanho desse potencial, alternativas assim precisam ser melhor trabalhadas e reconhecidas considerando a vulnerabilidade econômica e social da qual apresenta o país. O papel de uma cooperativa pode ser a mola propulsora para o desenvolvimento local, especialmente nos pequenos municípios, devendo ser estudadas e analisadas para que a sociedade possa buscar um setor de crédito mais humanizado e justo, no que tange as relações de mercado e sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL/BCB. **Cooperativas de Crédito**. Brasília: BCB, 2006.

_____. **Cooperativas de crédito e seus impactos sociais**. Disponível em: <http://www.bcb.gov.br/pre/microFinancas/arquivos/horario_arquivos/trab_50.pdf>. Acesso em 05 de maio de 2018.

BARONE, Francisco Marcelo; SADER, Emir. Acesso ao crédito no Brasil: evolução e perspectivas. **Revista de Administração Pública**, v. 42, n. 6, p. 1249-1267, 2008.

BITTENCOURT, Gilson Alceu. **Cooperativas de crédito solidário: constituição e funcionamento**. 2ª ed. Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2001.

BRASIL, SANTANDER. **Sustentabilidade**. 2015. Disponível em: <<http://www.telefônica.com.br/servlet/Satellite,2012>>. Acesso em 05 de maio de 2019.

BÚRIGO, Fábio Luiz et al. **Finanças e solidariedade: uma análise do cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil**, 2006. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/89011/224151.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 15 de abril de 2019.

LOBATO, Roberto. Espaço: um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, Iná Elias et al. (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.

COSTA, L. de S. O cooperativismo: uma breve reflexão teórica. **Anais VI Seminário do Centro de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel**. Cascavel: Unioeste, 2007.

DA CONCEIÇÃO CARVALHO, Ângela; SALES, João Eder. Cooperativismo de Crédito: Histórico e Evolução da Legislação. **Revista Brasileira de Gestão e Engenharia**. n. 3, p. 20-35, 2011.

DA SILVA, Ana Carolina CL; DA COSTA, Ana Paula Ferreira. O Cooperativismo como Vantagem Competitiva: Uma Análise entre as Sociedades Cooperativas e os Bancos Comerciais. **Revista Mosaico**, v. 1, n. 2, p. 59-73, 2010.

DA SILVA ARCANJO, Rodrigo; MARQUES, Jódiney Benedito. O Cooperativismo Popular na Perspectiva da Economia Solidária como Instrumento de Inclusão Social Produtiva. **Anais Simpósio de Excelência de Gestão e Tecnologia**. s/l: s/e, 2012. Disponível em: < <https://www.aedb.br/wp-content/uploads/2015/04/23316315.pdf> >. Acesso em 01 de junho de 2019.

DE FREITAS, Alair Ferreira; DE FREITAS, Alan Ferreira. Interações entre organizações coletivas na promoção do desenvolvimento local. **Interações**. Campo Grande, v. 14, n. 2, 2015.

DE FREITAS, Alan Ferreira; DE CASTRO AMARAL, Isis; BRAGA, Marcelo José. A influência dos riscos de liquidez e de crédito no processo de conversão das cooperativas

de crédito rural em cooperativas de crédito de livre admissão: um estudo de caso. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 2, n. 4, p. 126-147, 2008.

DE MATTOS, Pedro Lincoln. A entrevista não-estruturada como forma de conversação: razões e sugestões para sua análise. **Revista de Administração Pública**, v. 39, n. 4, p. 823-848, 2005.

DE SOUSA, Letícia Pulcides. **Cooperativismo: conceitos e desafios à implantação da economia solidária**. 2009. Disponível em: <<https://img.fae.edu/galeria/getImage/45/29294406464711048.pdf>>

DO AMARAL FILHO, Jair. Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. **Planejamento e políticas públicas**. n. 14, 2009. Disponível em: <<http://www.en.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/129>>

ENCICLOPÉDIA DE FINANÇAS. **Cooperativas de crédito**. Disponível em: <www.enfin.com.br>. Acesso em: 20 de junho de 2019

ETGETON, Anderson Augusto. et al. Os princípios do cooperativismo e as cooperativas de crédito no Brasil. **Maringá Management**, v. 2, n. 1, 2006.

FONSECA, Reinaldo Aparecida et al. A importância das cooperativas de crédito como agentes de Desenvolvimento regional: um estudo na Sicoob Credicampo. **Anais X Congresso Online de Administração**, 2009. Disponível em: <http://www.convibra.com.br/2009/artigos/198_0.pdf>

FRANTZ, Walter. **Associativismo, cooperativismo e economia solidária**. Ijuí: Editora: Unijuí, 2012. (Coleção educação à distância. Série livro-texto)

FRANZ, Cristiane M.; AZAMBUJA, FM de. **A contribuição do cooperativismo de crédito para a eficiência econômica e eficácia social**. Trabalho de Conclusão de Curso em Direito. Porto Alegre: PUC-RS, 2006. Acesso em 15 de maio de 2018.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Produto Interno Bruto dos Municípios de Minas Gerais**: 2015. Belo Horizonte: FJP, 2017. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/produtos-e-servi%20os/2745-produto-interno-bruto-de-minas-gerais-pib-2>>.

GIANEZINI, Miguelangelo et al. O cooperativismo e seu papel no processo de desenvolvimento local: a experiência das cooperativas agrícolas no médio norte de Mato Grosso. In: **Anais do 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia Administração e Sociologia Rural**. Porto Alegre: SOBER. 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, v. 5, n. 61, p. 16-17, 2002.

GONÇALVES, Rosiane Maria Lima et al. Livre admissão e risco de crédito em uma cooperativa do Alto Paranaíba. **Race: Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, v. 13, n. 1, p. 277-304, 2014.

GRZESZCZESZYN, Geverson. **Autonomia Estratégica em Cooperativas de Crédito**. Tese de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Administração. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2013.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário**: 2006. Resultados Preliminares. Rio de Janeiro, 2006.

_____. **Censo Demográfico**: Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

JACQUES, Elidecir Rodrigues; DE OLIVEIRA GONÇALVES, Flávio. Cooperativas de crédito no Brasil: evolução e impacto sobre a renda dos municípios brasileiros. **Economia e Sociedade**. v. 25, n. 2, p. 489-509, 2016.

JUNIOR, Antonio Guerra; SILVA, Laércio Baptista. As cooperativas de crédito mútuo no Brasil. **FACEF Pesquisa-Desenvolvimento e Gestão**, v. 16, n. 1, 2013.

KEMERICH, Rafael Silva. **A dinâmica do cooperativismo e seus atuais instrumentos de capitalização no Brasil**, 2014. Disponível em: <<http://bibliodigital.unijui.edu.br:8080/xmlui/bitstream/handle/123456789/2021/Rafael%20Kemerich%20-%20Monografia%20II.pdf?sequence=1>>.

LIMA, Flávio Henrique de. **Cooperativas de livre admissão**: análise crítica à resolução 3.106/2003 do Conselho Monetário Nacional. Monografia de Especialização. Campina Grande: UEPB, 2014.

LIMA, Maria do Socorro Macedo Coelho et al. A importância do cooperativismo de crédito no desenvolvimento regional. **Revista Opara**, v. 3, n. 1, 2013.

LYRA, Bethânia de Alencar Gama. **Determinantes da origem de crédito no Brasil**. Dissertação. Universidade de São Paulo. Faculdade de Economia. Programa de Pós-Graduação em Economia. São Paulo, 2011.

MACEDO, Kedson. As cooperativas de livre admissão e a democratização do cooperativismo financeiro no Brasil. **Portal do Cooperativismo Financeiro**. 14 de abril, 2019. Disponível em: <https://cooperativismodecredito.coop.br/2019/04/as-cooperativas-de-livre-admissao-e-a-democratizacao-do-cooperativismo-financeiro-no-brasil-por-kedson-macedo/>. Acesso em 29 de junho de 2019.

MACEDO, Valleska Silva; FREIRE, Diana Claudia. Desenvolvimento do cooperativismo de crédito, com ênfase na cooperativa Credisis RolimCredi. **Revista FAROL**. v. 5, n. 5, p. 208-235. 2017.

MANFIO, Vanessa; BENADUCE, Gilda Maria Cabral. A produção do espaço da pequena cidade de Nova Palma (RS), Brasil. A produção do espaço da pequena cidade de Nova Palma (RS), Brasil. **COLÓQUIO**, v. 16, n. 1, p. 189-203, 2019.

MEINEM, Ênio; DOMINGUES, Jefferson Nercolini. **Cooperativas de crédito no direito brasileiro**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

NETO, Benedito Silva; DE LIMA, Arlindo Jesus Prestes; BASSO, David. Incerteza, racionalidade e procedimentos em ações de desenvolvimento local. **Desenvolvimento em Questão**, v. 1, n. 2, p. 123-149, 2003.

OLIVEIRA, José Rudnei de et al. **O comprometimento do cooperado com a cooperativa**. Dissertação de Mestrado. Santa Maria: UFSM, 2007.

PAES, Nelson Leitão. Mudanças no sistema tributário e no mercado de crédito e seus efeitos sobre a informalidade no Brasil. **Nova Economia**, v. 20, n. 2, 2010.

PINHEIRO, Marcos Antônio Henriques. **Cooperativas de crédito: história da evolução normativa no Brasil**. Brasília: BCB, 2008.

PINHO, Diva Benevides (Ed.). **O cooperativismo de crédito no Brasil: do século XX ao século XXI**. 2004. Santo André: Editora Confedbras, 2004.

POEPS. **Política Estadual de Promoção à saúde**. Belo Horizonte: Secretaria Estadual de Educação/SES, 2017.

PORTAL DO COOPERATIVISMO FINANCEIRO. **Segundo o Sicoob, cooperativas de crédito rural diversificam atuação**. Disponível em: <<http://cooperativismodecredito.coop.br/2013/11/segundo-o-sicoob-cooperativasde-credito-rural-diversificam-atuacao/>> .Acesso em 08 de maio de 2018.

RIBEIRO, Jaciara Xavier Pereira. **Princípios cooperativistas na percepção dos associados: estudo em uma cooperativa de crédito de Minas Gerais**. Tese de Doutorado. Dissertação de Pós-graduação em Administração, Programa de Pós-Graduação em Administração, Faculdade Novos Horizontes, Belo Horizonte, MG, 2012.

ROSADO, Katia Milagres. **Casamento na roça: uma análise no município de Porto Firme, Zona da Mata de Minas Gerais**. 139 f. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Economia familiar) –Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2010.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. 4.ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SCOTT, Allen J.; STORPER, Michael. Indústria de alta tecnologia e desenvolvimento regional: uma crítica e reconstrução teórica. **Espaço e Debates**, v. 25, p. 30-44, 1988.

SICOOB. **Relatório Anual 2012**. Disponível em: <www.sicoob.com.br>. Acesso em 22 de junho de 2019

SIEDENBERG, Dieter Rugard. Desenvolvimento: ambiguidades de um conceito difuso. In: Desenvolvimento em questão – **Revista do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Gestão e Cidadania**. Universidade regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Editora: Unijuí, n.3, jan/jun, 2004.

WELLEN, Henrique André Ramos. Contribuição à crítica da ‘economia solidária’. **Revista Katálisis**, v. 11, n. 1, p. 105-115, 2008.

APÊNDICE (A)

1. Nome (opcional)
2. Idade
3. Sexo
4. Profissão
5. Endereço Completo
6. Naturalidade
7. Escolaridade
8. Se for produtor rural, há quanto tempo?
9. Já tomou credito rural? Qual?
10. Se for pessoa física ou pessoa Juridica, já tomou credito?
11. Se sim qual finalidade?
12. Há quanto tempo você é associado ao Sicoob?
13. Você sabe com clareza o que uma cooperativa de crédito oferece?
14. Você vê vantagens e benefícios em ser associado uma cooperativa de crédito? E quais seriam?
15. Você vê desvantagens e malefícios em ser associado de uma cooperativa de crédito? E quais seriam?
16. Na sua cidade a cooperativa de crédito Sicoob é importante?
17. Você lembra como era a cidade e como era as relações com os bancos tradicionais antes da implantação da Sicoob na sua cidade?
18. E como era?
19. Você é bem atendido na cooperativa de crédito Sicoob?